



<b>PROCESSO</b>	: 2018 17010 001218
<b>UNIDADE GESTORA</b>	: 17010 - Secretaria da Cidadania e Justiça
<b>EXERCÍCIO FINANCEIRO</b>	: 2018
<b>ASSUNTO</b>	: Prestação de Contas Anual
<b>TIPO DE AUDITORIA</b>	: Avaliação da Gestão

**RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 016/2019/PCA/CGE**  
SGD N° 2019 09049 000669

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016 e suas alterações.

## **1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2018 da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, verificou-se que o mesmo está constituído com todas as peças previstas no art. 9° da Instrução Normativa TCE-TO n° 006/2003, tendo sido entregue nesta Controladoria-Geral do Estado no dia 11 de fevereiro de 2019, dentro do prazo que determina o art. 3°, II do Decreto n° 5.364/2016.

## **2. DA ANÁLISE CONTÁBIL**

### **2.1 Do Responsável**

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2018 estava sob a responsabilidade do servidor **Igor de Sousa Lemos** - Contador.

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO n° 004794/0-5, conforme certidão, às fls. 30.

### **2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial**

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 117 a 195, relativos ao exercício de 2018, tendo sua confiabilidade





verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

## 2.2.1 Balanço Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

b) O Orçamento para o exercício de 2018, aprovado pela Lei Estadual nº 3.344, de 28 de dezembro de 2017, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2018, determinou como crédito inicial para a Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins o valor de R\$ 201.358.595,00 (duzentos e um milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos e noventa e cinco reais), às fls. 132 e 133.

### 2.2.1.1 Receita Realizada

a) Houve realização da receita no valor de R\$ 2.667.735,66 (dois milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos), referente Receita Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, embora o órgão não seja agente arrecadador.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível de execução com percentual de 5,64%, muito abaixo do previsto, tendo sido apresentado justificativa em item próprio na nota explicativa às fls. 201, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	39.296.714,00	2.667.735,66	6,79
Receitas de Capital	8.000.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>47.296.714,00</b>	<b>2.667.735,66</b>	<b>5,64</b>

FONTE: Siafe-TO Anexo 10 sem Fonte Por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100 – Recursos Ordinários	0,00	285,03	0,00
219 - operações de Crédito	8.000.000,00	0,00	0,00
225 – Convênios Federais	39.296.714,00	2.667.450,63	6,79
<b>TOTAL</b>	<b>47.296.714,00</b>	<b>2.667.735,66</b>	<b>5,64</b>

FONTE: Siafe-TO - ANEXO 10 por UG (Fonte)

### 2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 81,98%, próximo do previsto, conforme quadros a seguir:





CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	185.348.754,00	169.115.461,15	91,24
Despesas de Capital	30.803.738,00	8.093.054,39	26,27
<b>TOTAL</b>	<b>216.152.492,00</b>	<b>177.208.515,54</b>	<b>81,98</b>

FONTE: Siafe-TO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	168.855.778,00	168.855.757,01	99,99
219 - operações de Crédito	8.000.000,00	961.049,59	12,01
225 – Convênios Federais	39.296.714,00	7.391.708,94	18,81
<b>TOTAL</b>	<b>216.152.492,00</b>	<b>177.208.515,54</b>	<b>81,98</b>

FONTE: Siafe-TO -Anexo 11 por Fonte

### 2.2.1.3 Das Alterações do Orçamento Inicial

a) O orçamento inicial da Secretaria de Cidadania e Justiça foi de R\$ 201.358.595,00 (duzentos e um milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos e noventa e cinco reais) e suas alterações no valor de R\$ 14.793.897,00 (quatorze milhões, setecentos e noventa e três mil e oitocentos e noventa e sete reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 216.152.492,00 (duzentos e dezesseis milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais), conforme demonstrado no Anexo 11 – Por Fonte, às fls. 120.

b) O valor suplementado foi de R\$ 25.166.011,00 (vinte e cinco milhões, cento e sessenta seis mil, onze reais), (excluindo as exceções do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 3.344/2017), representando assim 12,49% do Orçamento inicial fixado para o Órgão, estando de acordo com o previsto no caput do art. 6º da mesma Lei, a qual autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares com a finalidade de atender as insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite correspondente a 12,5% em cada unidade orçamentária inicialmente fixada.

Unidade Orçamentária		Orçamento Inicial (A)	Percentual disponível para movimentação 12,5% (B)	Valor Suplementado (C)	Limite atingido (C/A) %	Saldo a suplementar (B-C)
170100	SECIJU	201.358.595,00	25.169.824,38	25.166.011,00	12,49	3.813,38

FONTE: Relatório de Acompanhamento do limite de 12,5% para abertura de créditos suplementares – SEFAZ/SEPLAN.

### 2.2.1.4 Do Déficit Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário, às fls. 132 e 135, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executada no período, apresenta déficit de R\$ 174.540.779,88 (cento e setenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta mil, setecentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos). Considerando o saldo das Transferências



Recebidas para a execução orçamentária, temos um déficit efetivo de R\$ 6.932.666,37 (seis milhões, novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e sete centavos), conforme tabela abaixo:

Receitas Realizadas	2.667.735,66
Despesas Executadas	177.208.515,54
Déficit	-174.540.779,88
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	167.608.113,51
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	0,00
Saldo das Transferências	167.608.113,51
Déficit	-174.540.779,88
Déficit Efetivo	-6.932.666,37

FONTE: Balanço Orçamentário

b) Consta justificativa em item próprio na nota explicativa, às fls. 200, acerca do déficit apresentado no Balanço Orçamentário.

## 2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

### 2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 2.667.735,66 (dois milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos), as transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 168.171.069,90 (cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e um mil, sessenta e nove reais e noventa centavos), os recebimentos extra orçamentários no valor de R\$ 9.258.669,94 (nove milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos) e o saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 39.795.700,58 (trinta e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil, setecentos reais e cinquenta e oito centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias no valor de R\$ 177.208.515,54 (cento e setenta e sete milhões, duzentos e oito mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e quatro centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 53.654,34 (cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), os pagamentos extra orçamentários no valor de R\$ 1.105.741,55 (um milhão, cento e cinco mil, setecentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), restando saldo de R\$ 41.525.264,65 (quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 135 a 138.



### 2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 140 e 141, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em 16,87%, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 57.714.473,30 (cinquenta e sete milhões, setecentos e quatorze mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta centavos), composto pelo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial demonstra um superávit financeiro de R\$ 16.598.937,73 (dezesesseis milhões, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 41.846.927,85 (quarenta e um milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 25.247.990,12 (vinte e cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e noventa reais e doze centavos), conforme documentos às fls. 142 e 144.

IV) Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, às fls. 140, no valor total de R\$ 57.714.473,30 (cinquenta e sete milhões, setecentos e quatorze mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta centavos), sendo R\$ 15.012.746,96 referente a bens móveis, já deduzida a depreciação, não conferindo com o relatório do SISPAT, às fls. 209 a 232 e da 403 a 420, devido o mesmo estar incompleto, não constando justificativa quanto às divergências.

V) A conta contábil “Estoques”, fls. 140, apresenta saldo no valor de R\$ 1.257.313,40 (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e treze reais e quarenta centavos), que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 233 a 237.

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, à fls. 137 e 138, registra saldo no valor total de R\$ 41.525.264,65 (quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), que confere com o Balanço Financeiro.

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” valor é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, Limite de Saque Bloqueado, disponibilizado

pelo Tesouro na referida UG, Contas Bancárias Específicas e Aplicações Financeiras, conforme discriminação abaixo:

R\$ 1.439.626,70 (um milhão, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta centavos) nas contas bancárias específicas.

R\$ 39.762.330,51 (trinta e nove milhões, setecentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta reais e cinquenta e um centavos) aplicações financeiras.

R\$ 309.207,44 (trezentos e nove mil, duzentos e sete reais e quarenta e quatro centavos) limite de saque com vinculação de pagamento.

R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais) limite de saque bloqueado.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 141, totalizam um saldo de R\$ 117.093.830,79 (cento e dezessete milhões, noventa e três mil, oitocentos e trinta reais e setenta e nove centavos) correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, e Demais Obrigações a Curto Prazo.

IX) Não há registro de saldo na conta “Passivo Não Circulante”, conforme evidenciado no demonstrativo às fls. 141.

#### **2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais**

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 255.491.776,55 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 183.203.581,19 (Cento e oitenta e três milhões, duzentos e três mil, quinhentos e oitenta e um reais e dezenove centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 72.288.195,36 (setenta e dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, cento e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos), conforme demonstrado às fls. 145 e 146.

#### **2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 41.525.264,65 (quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), às fls. 153.

#### **2.2.6 Restos a Pagar**

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 8.721.149,76 (oito milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos), deste montante, R\$ 2.014.725,20 (dois milhões, quatorze mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte centavos) refere-se a restos a pagar processados e R\$ 6.706.424,56 (seis milhões, setecentos e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e





cinquenta e seis centavos) restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 135 a 138.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 134, do qual foram liquidados e pagos R\$ 99.424,80 (noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos), restando ainda um saldo de R\$ 8.754.087,95 (oito milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos), informado às fls. 200.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 134, foram pagos R\$ 488.762,88 (quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos) e cancelados R\$ 3.233.833,88 (três milhões, duzentos e trinta e três mil, oitocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), restando um saldo de R\$ 7.747.611,76 (sete milhões, setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e onze reais e setenta e seis centavos), não constando justificativa.

### **3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

a) a) O Relatório de Gestão, às fls. 31 a 107, consoante disposição do art. 9º, inciso III da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições, da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.343/2017, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.344/2017.

b) Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestre do exercício em análise, pela Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

#### **3.1 Objetivos e metas estabelecidos no PPA**

a) O relatório de gestão demonstra que as atribuições da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, definidos no Programa Temático 1160 - Segurança Cidadã e Programa Temático 1164 - Direitos Humanos, às fls. 50 e 54.

b) Para os objetivos da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, foram estabelecidas 06 (seis) metas físicas, sendo 05 (cinco) regionalizadas e 01 (uma) não regionalizada, cuja execução, em análise, indica um desempenho, de 414,48 %, em relação ao previsto para exercício de 2018, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 64, 423 a 427.



### 3.2 Indicador

a) A avaliação do grau de efetividade do alcance do objetivo definido no PPA, foi realizada por meio da aferição de 06 (seis) Indicadores, com execução pela Secretaria da Cidadania e Justiça, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 55 a 60.

### 3.3 Ações temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO), detalhados no quadro abaixo, durante o exercício de 2018, as 17 (dezessete) ações temáticas vinculadas aos Programas Temáticos 1160 - Segurança Cidadã e 1164 - Direitos Humanos, representam um orçamento autorizado no valor de R\$ 118.654.169,00 (cento e dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e nove reais), às fls. 71 e 107.

#### Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira								Meta Física			
Ação	Org. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Previsão	Realizado	Execução
<b>Programa - 1160 - Segurança Cidadã</b>											
2364	85.000,00	-85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Profissionais da SECIJU assistidos e valorizados	800	0	0,00 %
2322	1.000.000,00	-997.650,00	2.350,00	2.350,00	2.350,00	100 %	100 %	Candidatos formados pelo curso de Formação Profissional	187	392	209,62 %
2345	866.900,00	-215.906,00	650.994,00	134.094,00	134.094,00	20,59 %	20,59 %	Servidor Capacitado	200	525	262,50 %
2341	1.231.000,00	-363.457,00	867.543,00	380.930,99	351.475,72	43,90 %	40,51 %	Centrais de alternativas penais atendidas	2	3	150,00 %
2342	41.000.000,00	25.840.979,00	66.840.979,00	66.840.978,13	66.840.978,13	99,99 %	99,99 %	Pessoas privadas de liberdade atendidos	3.500	3.893	111,22 %
2340	420.000,00	-420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Sistemas efetivados, formação realizada	160	586	366,25 %
2347	1.958.000,00	-431.626,00	1.526.374,00	431.169,54	429.095,94	28,24 %	28,11 %	Institucionalização da Política de Alternativas Penais	330	430	130,30 %
2346	1.890.000,00	-1.254.993,00	635.007,00	248.315,39	205.047,87	39,10 %	32,29 %	Preso, egresso e família atendido.	3.500	3.893	111,22 %
2324	1.000.000,00	-63.947,00	936.053,00	536.050,40	509.251,72	57,26 %	54,40 %	Soco educandos, egressos e famílias atendidos	160	590	368,75 %
2367	2.390.000,00	614.651,00	3.004.651,00	1.314.649,60	1.314.649,60	43,75 %	43,75 %	Presos monitorados	500	362	72,40 %
<b>Total</b>	<b>51.840.900,00</b>	<b>22.623.051,00</b>	<b>74.463.951,00</b>	<b>69.888.538,05</b>	<b>69.786.942,98</b>						





Ação	Meta Financeira							Meta Física			
	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Previsão	Realizado	Execução
<b>Programa - 1164 - Direitos Humanos</b>											
2333	313.800,00	-109.207,00	204.593,00	194.059,50	194.059,50	94,85%	94,85%	Política Estadual de promoção, defesa e proteção dos Direitos Humanos.	4	0	0,00%
2332	350.000,00	-226.552,00	123.448,00	73.446,84	73.446,84	59,49%	59,49%	Política Estadual dos direitos das mulheres Fortalecida.	4	4	100%
2329	260.000,00	-153.577,00	106.423,00	36.422,35	36.422,35	34,22%	34,22%	Plano elaborado e implantado campanhas realizadas	2	4	200%
2321	866.600,00	-325.106,00	541.494,00	65.171,48	32.313,48	12,03%	5,96%	Conselhos Fortalecidos	4	23	575%
2330	440.000,00	-434.335,00	5.665,00	5.664,99	5.664,99	99,99%	99,99%	Mulheres atendidas	200	283	141,5%
2337	2.165.000,00	555.233,00	2.720.233,00	1.825.230,42	1.824.616,92	67,09%	67,07%	Unidades do Sistema Penitenciário Aparelhadas mantidas	4	40	1000%
1121	41.619.810,00	-1.131.448,000	40.488.362,00	7.621.667,06	1.413.746,59	18,82%	3,49%	Unidade construída, adequada ou reformada	15	6	40%
<b>Total</b>	<b>46.015.210,00</b>	<b>-1.824.992,00</b>	<b>44.190.218,00</b>	<b>9.821.662,64</b>	<b>3.580.270,67</b>						
<b>Total Geral</b>	<b>97.856.110,00</b>	<b>20.798.059,00</b>	<b>118.654.169,00</b>	<b>79.710.200,69</b>	<b>73.367.213,65</b>						

b) Depreende-se da análise que a Secretaria da Cidadania e Justiça, apresentou, de forma geral, um regular desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 67,18% dos recursos autorizados.

c) Na ação 2364, foi reduzido todo seu orçamento inicial, prejudicando assim o cumprimento da sua meta física inicial planejada, tendo sido apresentada justificativa pelo o responsável da ação, conforme análise no demonstrativo às fls. 71.

d) As ações 2345, 2341, 2347, 2346, 2324, 2329, 2321 e 2337, tiveram desempenho financeiro de 20,59%, 43,90%, 28,24, 39,10%, 57,26%, 34,22%, 12,03%, 69,09%, respectivamente, contudo ultrapassaram a meta física planejada, tendo sido apresentadas justificativas pelos responsáveis das ações nos demonstrativos às fls. 73 a 76, 82 a 88, 89, 90, 97 a 100 e 103 a 105.



e) Quanto à ação 2340, constatou-se execução da meta física planejada, de 366,25%, sem utilização do recurso financeiro, tendo sido reduzido todo o orçamento, considerando que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é imprescindível mensurar a estimativa de custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação, a justificativa e análise apresentada pelo responsável da ação no demonstrativo, foi insuficiente, conforme às fls. 80 e 81.

f) Em relação à ação 2333, observou-se a utilização do recurso financeiro foi de 94,85%, no entanto não houve execução da meta física planejada, considerando que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é imprescindível mensurar a estimativa de custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação, a justificativa e análise apresentada pelo responsável da ação no demonstrativo, foi insuficiente, conforme às fls. 93 e 94.

### 3.4 Ações de gestão

A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, conforme quadro abaixo, envolvendo um total de 02 (duas) ações de Gestão Financeira, representaram um orçamento autorizado no valor de R\$ 97.498.323,00 (noventa sete milhões, quatrocentos noventa oito mil, trezentos vinte e três reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 99,99% de execução, conforme e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 69 e 70.

#### Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A
<b>Programa - 1100- Manutenção e Gestão do Poder Executivo</b>								
2231	Manutenção de Recursos Humanos	89.728.143,00	-2.720.594,00	87.007.549,00	87.007.544,02	86.644.886,50	99,99 %	99,58 %
2190	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	13.774.342,00	-3.283.568,00	10.490.774,00	10.490.770,83	10.489.990,83	99,99 %	99,99 %
<b>Total Geral</b>		<b>103.502.485,00</b>	<b>-6.004.162,00</b>	<b>97.498.323,00</b>	<b>97.498.314,85</b>	<b>97.134.877,33</b>	<b>99,99%</b>	<b>99,62%</b>

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

## 4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No que concerne a Secretaria de Cidadania e Justiça houve recebimento de recursos de convênios da União na ordem de R\$ 318.019,48 (trezentos e dezoito mil,





dezenove reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrado no Anexo 10, fls. 119, não havendo recursos concedidos aos municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado Anexo 2, às fls. 117 e 118.

## 5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS

a) Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Secretaria de Cidadania e Justiça, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

b) A Secretaria de Cidadania e Justiça encaminhou 8 (oito) processos de Adesão a Ata de Registro de Preços, 4 (quatro) de Inexigibilidade de Licitação e 2 (dois) de Dispensa de Licitação, para análise da Controladoria-Geral do Estado, de acordo com os critérios estabelecidos na Instrução Normativa CGE nº 01/2017, a partir dessas análises, foram recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

## 6. FISCALIZAÇÕES E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2018 foram realizadas 02 (duas) inspeções na Secretaria de Cidadania e Justiça, tendo sido encaminhado a esta Corte de Contas a integra dos processos de inspeção, conforme protocolos abaixo relacionados:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETO	ENCAMINHAMENTO
Inspeção	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	Inspeção com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 120/2019 GABSEC (SGD nº 2019/09049/000472). Protocolo de recebimento no TCE nº 01714/2019.
Inspeção	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	Inspeção com o objetivo de verificar a situação dos contratos vigentes, seus aditivos, sua execução, suas vigências, rescisões, bem como a designação de seus respectivos fiscais, paralizações, saldos e causas que porventura motivam prejuízo ao erário.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 706/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/003975). Protocolo de recebimento no TCE nº 07988/2018.

## 7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS POR ESTE TRIBUNAL NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA





Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e Tribunal de Contas da União não realizaram Auditoria na Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, conforme fls. 471.

## 8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho, foi informado pela Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, como demonstrado às fls. 285 a 289, um quantitativo de 2.293 (dois mil duzentos e noventa e três) servidores, sendo 1371 (um mil trezentos e setenta e um) servidores efetivos, 59 (cinquenta e nove) comissionados, 30 (trinta) efetivos comissionados, 134 (cento e trinta e quatro) efetivos com função de confiança, 665 (seiscentos e sessenta e cinco) contratos temporários, 01 (um) requisitado, 01 (um) requisitado comissionado, 01 (um) com pensão especial e 31 (trinta e um) desligados.

b) Quanto ao quantitativo de servidores admitidos no exercício de 2018, às fls. 290 a 313, foi informado que houve admissão de 637 (seiscentos e trinta e sete) servidores, sendo 16 (dezesesseis) por meio de concurso e 621 (seiscentos e vinte e um) por meio de contratos temporários.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Glauber de Oliveira Santos, Deusiano Pereira de Amorim, Heber Luis Fidelis Fernandes e outros** relacionados neste processo, às fls. 05, **COM RESSALVAS** aos **itens 2.2.1.1 alínea “b”, 2.2.1.4 alínea “a”, 2.2.3 alínea “b - I e IV”, 2.2.6, alíneas “b, c” e 3.3 alíneas “b, c, d, e, f”,** deste relatório.

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO**, em Palmas, aos 18 dias do mês de março de 2019.

Assinado eletronicamente

**Maria Creusa Barros de Melo Prehl**  
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

**Maria Verônica de Carvalho Silva**  
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

**Meire Gomes de Oliveira**  
Analista/ Analista Técnico-Jurídico

Assinado eletronicamente

**Paulo Augusto Lopes Ribeiro**  
Analista/Gerente

Assinado eletronicamente

**Augusto de Souza Pinheiro Júnior**  
Diretor de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

**Kilvania Rodrigues de Melo Miranda**  
Diretora de Controle da Gestão  
Governamental e Prevenção à Corrupção





- I – De acordo;
- II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão de parecer de auditoria.
- Em 18/03/2019.

Assinado eletronicamente

**Benedito Martiniano da Costa Neto**  
Superintendente

